Intervenção do Deputado Regional do PCP, Aníbal Pires, sobre a Proposta de criação de uma Comissão de Inquérito às obras da Fajã do Calhau

Horta, 27 de Janeiro de 2009

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Este nebuloso assunto da estrada da Fajã do Calhau é sintomático da forma do Partido Socialista e deste Governo Regional fazerem política: no silêncio dos gabinetes, longe do olhar fiscalizador dos cidadãos e das instituições e do saudável controlo democrático que estes devem exercer.

Uma forma de actuação que, neste caso, assume verdadeiramente contornos grotescos e que em nada dignificam a nossa Democracia:

Não se conhecem os objectivos, o sentido ou a utilidade da obra.

Não se conhece o projecto – se é que existe – nem a forma como a infra-estrutura se enquadra com os supervenientes instrumentos de planeamento.

Não se conhecem os custos previstos e reais ou o processo de adjudicação, o que constitui um gravíssimo atentado à necessária transparência na gestão dos dinheiros públicos.

Não se conhece a verdadeira dimensão dos impactos ambientais, a despeito da classificação daquela área no âmbito do Parque Natural da ilha de São Miguel.

E esta última questão não é de maneira nenhuma despicienda. É que, sendo verdade que a obra já decorria quando o diploma de classificação foi publicado, existe um claro reconhecimento – político, jurídico e institucional – de que há um valor ambiental significativo a proteger.

E é a essa luz, a da protecção do insubstituível e singular património natural da Região que esta obra deve ser avaliada. É que depois da obra concluída será tarde para corrigir os seus efeitos mais perversos!

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

De facto, só a criação de uma Comissão que recolha a informação substancial sobre este projecto é que permitirá que a Assembleia tome as medidas preventivas e correctivas mais correctas para garantir que o necessário desenvolvimento das infra-estruturas se faz sem destruir o que nos distingue de todas as regiões do mundo e é património insubstituível e inalienável do povo açoriano.

Por isso, aprovaremos este projecto e, independentemente da sua aprovação, não deixaremos de utilizar todos os meios regimentais para esclarecer esta situação e defender os valores ambientais em causa.

E alertamos:

Caso bloqueie esta iniciativa, o PS assume o ónus político de declarar, desde já, que não está interessado em submeter a actividade do Governo Regional à necessária e útil fiscalização democrática do Parlamento.

Caso bloqueie esta iniciativa, o PS assume que a legislação sobre protecção ambiental na Região não passa de letra morta, sendo posta em segundo plano sempre que outros interesses se levantem.

Caso bloqueie esta iniciativa, o PS assume que não está preocupado em proteger a herança ambiental das futuras gerações de açorianas e de açorianos!

Disse.

Horta, 27 de Janeiro de 2009

O Deputado Regional do PCP

Aníbal Pires

Faial: Rua Marcelino Lima – 9901-858 HORTA tel: 292 207 638 fax: 292 293 536 mail: rppcpfaial@alra.pt
São Miguel: Rua José M R Amaral, 9500 Ponta Delgada tel: 296 204 249 fax: 296 308 421 mail: rppcpsmiguel@alra.pt